

Março: mês da mulher, (quase) nada a celebrar



» LILIAN ROCHA
Analista clínica, escritora, poeta,
musicista e membro da Comissão
da Verdade sobre a Escravidão
Negra (OAB- RS)

Os últimos dados de pesquisas divulgadas no mês de março são estonteantes em relação às mulheres negras (pretas e pardas). Por exemplo, o estudo *Retratos dos Feminicídios no Brasil*, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revela que a análise de 5.729 casos de feminicídios registrados pelas polícias entre 2021 e 2024 indica que 62,6% das vítimas de feminicídio são mulheres negras. No contraponto de 36,8% de mulheres brancas e, ainda, mulheres indígenas e amarelas representam, em cada grupo, 0,3% dos casos.

Qual o motivo de tão elevado percentual? Por que mulheres negras são mais vítimas dessa violência? O feminicídio não pode ser visto como uma violência de gênero isolada de outras estruturas sociais. O dado indica que nem todas as mulheres são atingidas da mesma forma, sendo a interseccionalidade de raça e gênero um fator determinante. É necessário levar em conta os quase 138 anos de desigualdades de gênero e raciais. O que essas mulheres representam na sociedade atual?

Mulheres negras continuam tendo as suas vidas interrompidas, suas famílias destruídas — sendo elas, em grande maioria, as chefes de família —, vivenciando medo diário nas ruas, no trabalho, no transporte e, muitas vezes, dentro de suas casas. Elas enfrentam

as maiores barreiras para romper o ciclo da violência devido à dependência financeira e menos acesso à proteção. Será que essas mulheres não mereciam o direito de estarem vivas? Ou isso é um privilégio, uma concessão para poucas? Os números indicam uma real necessidade de políticas públicas focadas em segurança, autonomia financeira e proteção.

Nesse mesmo segmento, o Instituto Esfera, em Brasília, divulgou pesquisas que indicam a falta de políticas públicas voltadas para a fase da menopausa e elas revelam que a grande maioria de mulheres afetadas é negra, pois enfrenta mais dificuldades de acesso a tratamento, assim como à informação. Os estudos mostram que 87,9% das brasileiras nessa fase da vida apresentam sintomas, mas que, infelizmente, apenas 22,4% procuram tratamento. Os estudos comprovam que fatores biológicos e sociais se cruzam, o que faz com que as mulheres negras acabem enfrentando um maior impacto na saúde e na vida profissional.

A criação do Programa Nacional da Saúde da População Negra foi um grande marco, mas ainda existem alguns vácuos específicos e determinantes na saúde da mulher negra. A desigualdade racial é um fator determinante no bem-estar dessas mulheres.

Estudo recente revela que, nas periferias brasileiras, a velhice mostra um rosto específico: é feminino, negro e trabalhador. No 4º relatório da série “Brasil

Prateado”, verificou-se que as pessoas com mais de 50 anos das classes C e D são, na sua maioria, mulheres: 54,6% desse público, sendo que 59% estão na classe D e 70% são negras na autodeclaração. Na velhice, muitas dessas mulheres continuam trabalhando para sustentar a família, os filhos, os sobrinhos, os netos. Vivenciam situações precárias de trabalho, moradia, acesso à saúde e transporte. Nos últimos anos, a expectativa de vida nas periferias aumentou, o tempo de vida saudável para desfrutar diminuiu, a aposentadoria ficou mais longe, o trabalho se prolonga.

Ser uma mulher negra de patamar socioeconômico mais elevado não nos exime de sermos vítimas da violência. Em março, numa operação policial em Cascadura, na Zona Norte do Rio de Janeiro, a médica Andrea Marins Dias, de 61 anos, foi alvejada em seu automóvel por tiros de fuzil quando retornava da casa de seus pais idosos. Andrea era uma ginecologista, oncologista e cirurgiã geral renomada, com mais de 28 anos de atuação. Foi alvejada, seu veículo foi confundido com o de criminosos. É triste, desanimador.

Até quando não teremos quase nada a celebrar no mês de março ou no ano inteiro? Somos 28,5% da população brasileira. Mas ainda ganhamos os menores salários, mesmo nas idênticas funções executadas por homens ou mulheres brancas.

Passados quase 138 anos de uma falsa abolição, nossos corpos continuam violentados, sexualizados, estereotipados e objetificados. Somos o maior grupo demográfico do país, porém enfrentamos os maiores índices de desigualdade social. É evidente a real necessidade de políticas públicas efetivas de longa duração para as mulheres negras, só assim haverá equiparação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em relação à população branca.



Aos 82, padrão de qualidade da PF exige avanço permanente



» MARCOS CAMARGO
Presidente da Associação
Nacional dos Peritos Criminais
Federais (APCF)

A Polícia Federal chega aos 82 anos como uma das instituições mais respeitadas do país. Pesquisas recentes mostram que a PF lidera entre os órgãos com maior credibilidade junto à população. Esse reconhecimento não surgiu por acaso. É resultado de décadas de trabalho técnico, de enfrentamento ao crime e de construção institucional. Esse caminho foi feito por muitas mãos. Todos, servidores, colaboradores e estagiários, ajudaram, cada um à sua maneira, a consolidar a instituição como referência nacional. A perícia criminal federal faz parte dessa história.

O trabalho pericial, fruto da atuação dos peritos criminais federais, é, por sua vez, uma das bases de uma investigação. É ali que vestígios se transformam em prova, que evidências ganham consistência e que decisões deixam de depender apenas de narrativas para se apoiar em elementos técnico-científicos. Nos últimos anos, esse papel se tornou ainda mais relevante. O crime mudou, se sofisticou, passou a operar em rede e a exigir respostas cada vez mais estruturadas. Nesse contexto, a capacidade de produzir provas com qualidade e estrita observação à

cadeia de custódia passou a ser um dos principais diferenciais das investigações e do processo penal.

A criminalística da Polícia Federal tem avançado nessa direção. O Banco Nacional de Perfis Genéticos, por exemplo, já integra mais de 20 bancos estaduais, além do Distrito Federal e da própria PF. Coordenada por peritos criminais federais, a ferramenta vem permitindo o cruzamento contínuo de dados biológicos em escala nacional e a identificação de autores de crimes em diferentes regiões do país, já tendo auxiliado mais de mil investigações.

O desenvolvimento de ferramentas tecnológicas também é um ativo da perícia criminal federal. Exemplo importante é o Iped (Indexador e Processador de Evidências Digitais), que permite analisar grandes volumes de dados com eficiência, organizando milhares de arquivos e auxiliando ações cada vez mais dependentes de evidências digitais. Outros sistemas também merecem destaque, entre eles o Nudetective, projetado especificamente para auxiliar no combate à pornografia infantojuvenil, e o Peritus, ferramenta voltada à análise forense de evidências multimídia e à padronização de procedimentos periciais.

Já o Sistema Nacional de Análise Balística (Sinab), em operação em cerca de 40 laboratórios, reúne mais de 100 mil elementos de munição e já possibilitou a identificação de 7.420 ligações entre ocorrências, com cerca de 9.840 auxílios diretos a investigações policiais. Há ainda iniciativas como o Programa Ouro Alvo, que atua na identificação e interrupção de fluxos financeiros ilícitos, reforçando uma atuação que vai além da investigação

tradicional e alcança as estruturas econômicas do crime. Os números também ajudam a dimensionar esse trabalho. A perícia criminal federal supera a marca de 50 mil laudos produzidos por ano.

Mas aniversários não servem apenas para celebrar. Servem também para refletir. A Polícia Federal que chega aos 82 anos é forte, respeitada e essencial. Mas também precisa continuar avançando. Isso exige investimento constante, atualização tecnológica, planejamento de longo prazo, além da valorização e do cuidado com o seu quadro funcional. Esses movimentos não são detalhes. São condições básicas para sustentar investigações sólidas e decisões seguras.

Nesse cenário, o debate sobre financiamento da segurança pública também precisa avançar. A destinação adequada de recursos é medida necessária para garantir continuidade, estabilidade e eficiência às políticas públicas na área. Também é preciso voltar os olhos para quem sustenta essa estrutura. A atividade policial é exigente, e olhar para as condições de trabalho, para a saúde e para o bem-estar dos servidores, além da necessária reposição do efetivo e aproveitamento dos aprovados em concurso público, é parte da própria eficiência institucional.

A PF construiu, ao longo dessas oito décadas, algo que vai além das operações: construiu confiança. E confiança, uma vez conquistada, precisa ser sustentada no tempo. Celebrar os 82 anos da instituição é reconhecer o que foi feito. Mas é, sobretudo, lembrar que os próximos passos exigem o mesmo compromisso que trouxe a PF até aqui.

Efeitos da guerra no Brasil



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

A renúncia de Carlos Massa, o Ratinho Júnior, de sua candidatura à Presidência da República pegou seus correligionários de surpresa. Alguns até se recusavam, no dia seguinte da decisão, a acreditar na veracidade da notícia. Tudo havia sido combinado, discutido e acertado, nos mínimos detalhes, nos últimos meses. Não havia dúvidas, mas a persistente oposição do pai, dono de poderoso conglomerado de empresas, entre elas o SBT no Paraná, mudou o rumo da conversa. Ratinho Júnior decidiu permanecer no cargo de governador até o fim do mandato, tentar eleger seu sucessor, que ganhou concorrente de peso na pessoa de Sergio Moro, e assumir a presidência dos negócios do pai. Deixou a política para tratar dos próprios interesses.

Relegou amigos e correligionários o sol e a chuva. Gilberto Kassab, presidente do PSD, terá que optar entre o goiano Ronaldo Caiado e o gaúcho Eduardo Leite. São perfis diferentes, com olhar diverso para a realidade nacional. Caiado vem de um período de governo bem-sucedido em Goiás, onde expandiu a economia, Goiânia hoje é capital do agronegócio, ultrapassou Brasília em termos de desenvolvimento, e garantiu a segurança da população. Leite é um administrador competente, com tinturas de esquerda moderada, capaz de dialogar bem com o centro democrático. É distante da extrema-direita e do bolsionarismo.

O radicalismo substituiu a melhor política no país. Não há espaço para discussão de meios e métodos para alcançar resultados positivos e escapar do subdesenvolvimento persistente. A mais nova crise do petróleo, consequência das loucuras de Donald Trump, demonstra que o país continua preso à inexistência de antevisão para superar limites. Nos anos 70, ocorreu a primeira grande crise do petróleo, sempre consequência das guerras entre Israel e vizinhos. Naquela época, o preço do barril de petróleo subiu de um para US\$ 10. Aumento espetacular. No Brasil, o governo tentou de tudo para evitar a contaminação da economia com a elevação dos preços da gasolina e do óleo diesel.

Mas não há como evitar. Os aumentos chegaram ao posto de gasolina e ao preço do pão. O Brasil iniciou um processo de aumento da dívida externa para conseguir comprar petróleo e, ao mesmo tempo, tentou reduzir o consumo interno do produto. Chegou ao racionamento, a exemplo de alguns europeus que tomaram a mesma providência. Naquela época, surgiu o programa do álcool. Desde então, o álcool oscilou como principal combustível de automóveis no Brasil. Houve época em que ele sumiu dos postos. Hoje é comum, mas seu preço oscila junto com o da gasolina, o que é espantoso.

Os governos brasileiros não trabalham com planejamento nem costumam se antecipar às crises. O país é sofrido em matéria de crise de combustível, apesar de hoje ser importante produtor de petróleo, o que não acontecia nos anos 70. Mas o transporte de carga no país continua a ser realizado por caminhões, baseado no consumo do óleo diesel, subproduto do petróleo.

O governo Lula, no período entre 2023 e 2025, construiu 225 quilômetros de rodovias no país. Duplicou cerca de 180 quilômetros. A soma dos dois esforços resulta em aumento de 400 quilômetros, pouco para um país de dimensões continentais. No capítulo ferroviários, o desempenho do governo é lamentável. Ele retomou as obras da ferrovia chamada de Transnordestina, novela que se desenvolve nos últimos anos e não sai do lugar. Planejou e licitou grandes projetos, como a ferrovia Oeste-Leste, que terá um total de 1.527 quilômetros, mas continua a existir apenas no papel. Na realidade, não construiu um único quilômetro de ferrovia neste país, nos últimos anos. O transporte de carga continua a ser realizado majoritariamente por caminhões. O remédio, extremo e ineficaz, é criar subsídios para evitar que o aumento de preço chegue ao consumidor na véspera da eleição. Vai chegar por outro caminho quando a crise da dívida interna explodir. Preço é preço, não há como fugir dele.

O Brasil poderia ter, hoje, em funcionamento trens elétricos, caminhões elétricos, ônibus elétricos e carros elétricos (estes existem por força do planejamento dos chineses), mas nada disto existe — exceto os veículos —, a não ser em caráter experimental. A negligência vai mais longe. Existe energia de sobra, tanto eólica quanto solar. É tanta sobra que as empresas são obrigadas a desligar os geradores para não sobrecarregar as redes de transmissão. Na realidade, há menos redes de transmissão do que o necessário para carregar o enorme volume de energia gerado pelo sol e pelos ventos para todo o território nacional. O que realmente sobra no Brasil é incompetência, negligência, falta de planejamento e preguiça de realizar, além da onipresente corrupção. É mais fácil fazer o discurso do que fazer a obra. E haja subsídios para pagar o preço do combustível.